Logotipo

El contenido generado por IA puede ser incorrecto.Imagen que contiene Gráfico

Descripción generada automáticamente

**MERCOSUL/RMS-CICT/ATA N° 02/25**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGOVERNAMENTAL PARA O CONTROLE DO TABACO (CICT), PREPARATÓRIA DA LVII**

**REUNIÃO DE MINISTROS DA SAÚDE**

1. Realizou-se, na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil, entre os dias 15 e 17 de setembro de 2025, a Reunião Ordinária da Comissão Intergovernamental Controle do Tabaco (CICT), com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.
2. As delegações agradeceram as boas-vindas e manifestaram seus votos de êxito para a reunião.
3. A Lista de Participantes consta no **Anexo I**.
4. A Agenda consta no **Anexo II**.
5. Durante a reunião, trataram-se os seguintes temas:
6. **APROVAÇÃO DA AGENDA**
7. O Brasil fez a abertura da reunião, conduzindo a apresentação dos participantes e em seguida foram informados os tópicos que seriam abordados durante o dia de reunião. A agenda da reunião foi aprovada pelos presentes.
8. **LANÇAMENTO DA PUBLICAÇÃO SOBRE O HISTÓRICO DA CICT**

Dando seguimento à pauta, foi realizado o lançamento da publicação sobre o Histórico dos trabalhos da CICT **(Anexo III)** e apresentado o QR Code para que cada representante possa acessar a publicação. Futuramente a publicação será impressa para envio aos Ministérios da Saúde de cada país.

1. **ATUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DOS ESTADOS PARTES**

O Sr. Felipe Mendes do Brasil apresentou as principais ações desenvolvidas pela Comissão Nacional para Controle do Tabaco (Conicq), com destaque para o monitoramento das estratégias da indústria do tabaco para interferir no posicionamento do governo brasileiro na 11a Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco (COP11). Nesse tema, os membros da Conicq adotaram uma árvore de decisão, com base no modelo do governo do Canadá, que orienta o relacionamento com representantes da indústria. Apresentou, ainda, as novas advertências sanitárias implementadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), bem como os dados de prevalência do tabagismo na população adulta medida pelo inquérito Vigitel **(Anexo IV)**.

A Sra. Cecilia Reolon do Uruguai apresentou a linha do tempo das medidas de controle de tabaco adotadas no seu país. Levantou a preocupação sobre a chegada das bolsas de nicotina no mercado nacional e como esse produto deve ser regulamentado ou proibido pelos governos, bem como a necessidade de fortalecer a fiscalização sobre a venda e publicidade dos produtos do tabaco na internet **(Anexo V)**.

A Sra. Paola Morello da Argentina apresentou as principais linhas de ação do programa nacional do país (prevenir o início de consumo, reduzir a exposição ao fumo e promover a cessação), bem como as advertências sanitárias que estão em finalização pelo Ministério da Saúde para impressão nos produtos. Foram apresentadas ainda as iniciativas do governo relacionadas à cessação de fumar, com destaque para o chatbot Tina acessível à população para receber orientações sobre como parar de fumar **(Anexo VI)**.

A Sra. Zunilda Palacios do Paraguai apresentou um histórico do estabelecimento do programa nacional, um resumo executivo da implementação da CQCT no país, bem como dados de prevalência de tabagismo **(Anexo VII)**.

1. **INFORMES SOBRE A PRÉ-COP11 E A PRÉ-MOP4**
2. A Sra. Diana Ceron, representante da OPAS Washington, comentou a agenda e o formato de trabalho dos seminários virtuais preparatórios da COP11 e MOP4, que ocorrerão durante os meses de setembro e outubro. Além disso, explicou a dinâmica das reuniões da Pré-COP11 e Pré-MOP4, ocasião em que os países das Américas se reunirão virtualmente para ter um primeiro contato com os documentos das duas conferências e discutir potenciais acordos regionais **(Anexo VIII)**.
3. **INFORMES SOBRE A COP11 E A MOP4**
4. Na sequência a representante do Secretariado da CQCT em Genebra, Letícia Martinez, apresentou a sede das conferências, os temas das agendas, e os horários de trabalho. Além disso, citou a importância que os países da região avaliarem candidatos para ocuparem os cargos estarão vagos no próximo período intersecional – Membro do Bureau e Coordenador Regional, bem como para as posições de Presidente e Vice-presidentes dos trabalhos da COP e da MOP, e dos respectivos Comitês A e B. Por fim, mencionou que alguns documentos ainda não foram disponibilizados no site do Secretariado, mas serão publicizados em breve **(Anexo IX)**.

1. **AGENDA DA VITAL STRATEGIES PARA A COP11 E MOP4**
2. O Sr. Gustavo Sonora apresentou o trabalho desenvolvido pela Vital Strategies em apoio aos países na implementação do tratado, bem como falou sobre os temas conjunturais da agenda da COP11 para os quais a sociedade civil pretende manifestar-se: responsabilidade da indústria do tabaco, impacto ambiental dos produtos, diretrizes parciais dos artigos 9 e 10, e interferência da indústria nas políticas públicas (artigo 5.3) **(Anexo X)**.
3. **TEMAS DA AGENDA DA COP11 E DA MOP4**
4. A Sra. Vera Luiza da SE-Conicq comentou sobre a proposta de decisão a ser apresentada pelo Brasil na COP11 sobre os artigos 5.2 e 5.3 do tratado. A minuta enfatiza a obrigação das Partes de proteger a saúde pública contra os interesses comerciais da indústria do tabaco, e aborda a preocupação crescente com a forma como a indústria do tabaco utiliza narrativas de redução de danos para promover produtos emergentes e para minar a regulamentação existente. Além disso, o projeto exorta as Partes a rejeitarem essas narrativas, e garantir que as estratégias de redução de danos sejam lideradas pela saúde pública, sem a influência da indústria. Finalmente, solicita à Secretaria da Convenção que aprimore a base de dados sobre a interferência da indústria.
5. O Sr. Igor Barbosa do Itamaraty falou a proposta de decisão sobre o mecanismo voluntário de avaliação por pares a ser apresentada na COP11. Após a última COP, apenas o Brasil e o Uruguai se candidataram a participar dessa avaliação, o que do ponto de vista da Conicq parece não ser efetivo, pois houve baixa ou nenhuma adesão dos países que realmente necessitam fortalecer suas políticas públicas e participar de tal mecanismo. Nesse sentido, o Brasil sugere que o mecanismo de avaliação por pares passe a ser obrigatório, numa conotação educativa (e não punitiva), transparente e não seletiva. Para tanto, o Itamaraty e a SE-Conicq estão elaborando uma nova proposta de decisão. A Sra. Cecília Reolon manifestou sua preocupação com o caráter obrigatório proposto pelo Brasil, pois entende que o espírito da decisão é que o mecanismo seja voluntário.
6. O Sr. Douglas Nascimento, da Missão do Brasil em Genebra, apresentou a proposta de decisão do Brasil sobre a proibição do uso do tabaco nas instalações da Organização das Nações Unidas, expandindo essa proibição para os dispositivos eletrônicos para fumar e produtos de tabaco aquecido, e para os ambientes abertos dentro da jurisdição (outdoors).
7. O Sr. Leonardo de Iglesias, da Secretaria da Receita Federal, abordou o tema das bases de dados dos países sobre a apreensão de produtos de tabaco ilegais. No caso brasileiro, afirmou que a base de dados necessita de melhorias, pois o estado atual compromete a qualidade dos estudos que se baseiam nessa base, já que não possui informações detalhadas sobre as marcas de cigarro, origem dos produtos, dentre outras.
8. **SIDE EVENTS NA COP 11 E MOP 4**

A Sra. Vera Luiza comentou que o Brasil está organizando alguns side events para as conferências, com destaque para o tema do impacto da produção de tabaco para o meio ambiente (relacionado ao artigo 18 da CQCT) e para o tema da apreensão de produtos ilegais de tabaco.

O Brasil apresentará também uma proposta de decisão sobre o artigo 18 para a COP11, com foco na proteção ambiental contra os resíduos de produtos de tabaco e nicotina. O texto sublinha que os danos ambientais relacionados com o tabaco constituem uma violação do direito humano à proteção ambiental, ao mesmo tempo que reconhece que as Partes carecem de ferramentas legais, capacidade técnica e colaboração multissetorial para gerir adequadamente estes resíduos. A proposta insta as Partes a fortalecerem a implementação do Artigo 18 através de várias ações, como classificar os resíduos de produtos de tabaco como perigosos, fortalecer a coordenação entre as agências de saúde e de ambiente, desenvolver estudos sobre os impactos e custos ambientais, combater as práticas de "greenwashing" da indústria do tabaco, e proibir características de produtos que aumentam os danos ambientais, como os filtros. Propõe-se a criação de um grupo de especialistas para desenvolver um protocolo que oriente os países na gestão destes resíduos, abordando vias legais para a classificação dos resíduos, salvaguardas contra a interferência da indústria em políticas ambientais, e medidas fiscais para que a indústria internalize os custos ambientais.

A Sra. Maria José Giongo do Instituto Nacional de Câncer apresentou dados sobre o tabagismo e a população negra, indígena e quilombola, expondo os dados do Censo sobre a composição de raça e cor na população brasileira. Apresentou a distribuição da população quilombola no território brasileiro e a Política Nacional de Saúde Integral da população negra, visando a igualdade de tratamento e acesso aos serviços de saúde. Por fim, falou sobre a distribuição da população indígena no território brasileiro **(Anexo XI)**.

1. **ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE TRABALHO 2025-2026**

As delegações discutiram e atualizaram o seguimento do Programa de Trabalho 2025-2026 **(Anexo XII)**:

* 1. Identificar atividades, implementar ações e monitorar resultados, orientados pelo Plano Estratégico do CICT e alinhados aos ODS 2030.

Essa é atividade uma contínua, realizada em todas as reuniões, na qual os países abordam questões como a publicidade transfronteiriça nos países, as regulamentações de dispositivos eletrônicos para fumar, as advertências de saúde impressas nos produtos, os medicamentos para parar de fumar e os sistemas de rastreamento e acompanhamento, entre outros.

* 1. Compartilhar dados atualizados sobre a prevalência do uso de tabaco e metas para reduzir a prevalência de usuários de tabaco até 2030. Coordenar com o INCA e disseminar os relatórios de indicadores dos Estados Partes por meio do Portal Web do MERCOSUL.

Essa é uma atividade em desenvolvimento. A CICT criou um documento com os principais dados epidemiológicos de tabagismo dos países. Considerando que o Portal Web do Mercosul não dispõe se espaço para disponibilizar esse documento, o INCA irá disponibilizar provisoriamente no Observatório da Política Nacional.

* 1. Monitorar e disseminar informações sobre o Banco de Dados de Advertências Sanitárias do MERCOSUL por meio do Portal Web do MERCOSUL.

Essa é uma atividade em desenvolvimento. A representante da Argentina irá se reunir com o responsável pelo desenvolvimento do Portal Web do Mercosul para discutir um espaço para esse banco de dados.

* 1. Reunir informações e experiências para desenvolver um plano de monitoramento da publicidade transfronteiriça. Compartilhe experiências com o CIENT-MERCOSUL, o grupo de trabalho/especialistas da COP e organize webinars com especialistas.

Esse tema apresenta dificuldades, especialmente pela não identificação de fontes de financiamento para desenvolver esse projeto.

* 1. Promover um projeto piloto de detecção de publicidade online utilizando ferramentas de inteligência artificial (Projeto Brasil).

Esse projeto apresenta dificuldades pois não tem orçamento no momento. Brasil compartilhou sua experiência em estudos e pesquisas nesse tema.

* 1. Trocar informações relacionadas a regulamentações de controle de produtos de tabaco alternativos.

Essa atividade foi realizada. Foi elaborado um documento compilando as informações apresentadas pelos Estados Partes.

* 1. Monitorar a existência de novos produtos alternativos de tabaco. Reunir-se com comitês da indústria e do comércio do MERCOSUL sobre classificação aduaneira de produtos alternativos de tabaco.

Essa atividade encontra-se em desenvolvimento. Os países apresentaram suas situações legislativas e de mercado sobre a presença de novos produtos, com destaque para os dispositivos eletrônicos para fumar e a recente chegada das bolsas de nicotina. Não foi possível promover reuniões com outras comissões do MERCOSUL. A CICT propõe que haja uma reunião dos representantes das aduanas dos governos na próxima PPT.

* 1. Elaboração de um TR para um projeto de análise da situação nacional e regional do comércio ilícito de produtos de tabaco e nicotina, incluindo sistemas de rastreabilidade e outras medidas de controle.

A questão foi abordada, especialmente as preocupações sobre o comércio ilegal via internet e sobre as rotas e apreensões dos produtos, especialmente os eletrônicos. No entanto, não houve progresso propositivo durante a reunião.

* 1. Divulgar, por meio do Portal do MERCOSUL, as informações que os países publicam e disponibilizam, como a lista de produtos de tabaco legais em cada Estado-Membro. Identificar marcas vendidas ilegalmente e detectar canais de comércio ilícito.

Não houve avanços nesse tema. Necessidade de articular as agências reguladoras e órgãos de governo dos países que detêm as informações sobre registro dos produtos, bem como há necessidade de abrir espaço no Portal MERCOSUL para esses dados.

* 1. Identificar questões prioritárias para o MERCOSUL nas agendas preliminares da COP e da MOP e acordar a posição do bloco.

Os principais temas das pautas da COP e da MOP foram abordados, incluindo as propostas de decisão que serão apresentadas pelo Brasil. As delegações acordaram os temas chave que deverão ser abordados na declaração do bloco durante as conferências, e se comprometeram a trabalhar nesse pronunciamento de forma virtual.

* 1. Propor estratégias para promover a ratificação da CQCT na Argentina.

Esse tema apresenta dificuldades no país e não foi abordado nesta PPT.

* 1. Interagir com comissões do MERCOSUL envolvidas na regulamentação dos conteúdos dos produtos de tabaco.

Esse tema apresenta dificuldades e não houve avanços nessa PPT.

* 1. Elaborar um documento sobre a situação dos impostos sobre o tabaco nos Estados Partes do MERCOSUL. Interagir com as comissões do MERCOSUL relacionadas aos impostos sobre a saúde.

Esse tema está em desenvolvimento. Foi elaborado um documento compilando as informações apresentadas pelos Estados Partes. Porém, não houve progresso na articulação com as comissões do MERCOSUL relacionadas a impostos saudáveis.

* 1. Coordenação de compras conjuntas e monitoramento da disponibilidade e custos de medicamentos no MERCOSUL.

Esse tema apresenta dificuldades e não houve avanços nessa PPT.

**PRÓXIMA REUNIÃO**

A PPT informará oportunamente a data da próxima reunião.

**LISTA DE ANEXOS**

Os Anexos que fazem parte da presente Ata são os seguintes:

|  |  |
| --- | --- |
| **Anexo I** | Lista de Participantes |
| **Anexo II** | Agenda |
| **Anexo III** | Publicação sobre o histórico dos trabalhos da CICT |
| **Anexo IV** | Apresentação da situação do tabagismo no Brasil |
| **Anexo V** | Apresentação da situação do tabagismo no Uruguai |
| **Anexo VI** | Apresentação da situação do tabagismo no Argentina |
| **Anexo VII** | Apresentação da situação do tabagismo no Paraguai |
| **Anexo VIII** | Apresentação da OPAS Washington |
| **Anexo IX** | Apresentação do Secretariado da CQCT |
| **Anexo X** | Apresentação da Vital Strategies |
| **Anexo XI** | Apresentação do Instituto Nacional de Câncer |
| **Anexo XII** | Relatório Semestral sobre o grau de Avanço do Programa de Trabalho do período 2025-2026 |

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **Pela delegação da Argentina**  Paola Morello | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **Pela delegação do Brasil**  Vera Luiza da Costa e Silva |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **Pela delegação do Paraguay**  Zunilda Palacios | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **Pela delegação do Uruguay**  Cecilia Reolon |